

VIEIRA, Fabiano de Mello. AMARAL, Maurício Koubay do. AMARAL, Tabata Brandt do. Direitos sociais das pessoas com transtorno do espectro autista. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XIII, n. 22, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

## **DIREITOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**

### **SOCIAL RIGHTS OF PEOPLE WITH TRANSFORM OF THE AUTISTA SPECTRUM**

Fabiano de Mello Vieira<sup>1</sup>  
Mauricio Koubay do Amaral<sup>2</sup>  
Tabata Brandt do Amaral<sup>3</sup>

#### **Resumo:**

A pesquisa foi realizada sob a perspectiva dos direitos fundamentais, com o objetivo de analisar a Lei 12.764/12 à luz da Constituição Federal de 1988, a fim de verificar se esta assegura os direitos fundamentais sociais, previstos na Constituição. O processo metodológico ocorreu através de pesquisa bibliográfica e jurisprudências, assim como, definição e características do termo: Transtorno do Espectro Autista. Na sequência, demonstra-se o conceito de direitos fundamentais adotado pela doutrina contemporânea, sua classificação e os direitos fundamentais de cunho social, com evidência aos direitos sociais da saúde e educação. E, então, apresenta-se a proteção do indivíduo do espectro autista na legislação brasileira, realizando uma breve alusão ao Estatuto da Pessoa com deficiência, uma vez que a Lei específica considera os portadores transtorno do espectro autista como pessoas com deficiência e uma análise dos dispositivos da Lei 12.764/2012 – Lei Berenice Piana. Conclui-se que apesar de sucinta, a lei assegura os direitos fundamentais de diferentes classificações, fundamentando-se sempre na dignidade da pessoa humana.

**Palavras-chave:** Autismo; Direitos fundamentais; Educação; Saúde.

#### **Abstract:**

This study was carried of the perspective of fundamental rights, with the objective of analyzing Law 12.764 / 12 according to the Federal Constitution of 1988 to check if this secures the fundamental social rights, provided for in the Constitution. To do so, bibliographical and jurisprudential research was made. In the beginning, defines what is Autism Spectrum Disorder and its characteristics. In the sequence, demonstrates the concept of fundamental rights adopted by the contemporary doctrine, its classification and the fundamental rights of a social nature, with evidence to the social rights of health and of education. So, it presents the protection of individuals of the autistic spectrum in Brazilian legislation performing a brief allusion to the Disabled Person's Statute, because the specified law considers of the autist as people with disabilities and an analysis of the devices of Law 12.764/2012 - Law Berenice Piana. The

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia pela PUCPR. É professor da Fundação de Estudos Sociais (FESP) e na PUCPR. e-mail: mello\_psico@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutor em Engenharia Florestal – UFPR. Professor e Chefe do Departamento Acadêmico de Estatística (DAEST-CT) da UTFPR. E-mail: amaral@utfpr.edu.br.

<sup>3</sup>Bacharel em Direito pela Fundação de Estudos Sociais (FESP). E-mail: tabatabrandt@hotmail.com

conclusion reached is that, although concise, the law guarantees fundamental rights of different classifications, based on the dignity of the human person.

**Keywords:** Autism; Fundamental Rights; Education; Health.

## INTRODUÇÃO

O transtorno do espectro autista (TEA) atinge pessoas sem qualquer distinção de etnia ou classe social. Segundo autores como Antoniuk, Gaiato, Teixeira, Volkmar e Wiesner, a principal característica é a deficiência na interação social, no comportamento, na linguagem e/ou na comunicação, além da apresentação de comportamentos repetitivos e estereotipados. Sabe-se que devido a sua origem incerta, o autismo ainda é pouco decifrado, porém nota-se dentro deste amplo espectro que cada autista apresenta uma maneira de ser muito singular.

O autismo, em todas as suas formas é, e sempre foi, um quadro difícil de ser diagnosticado, assim como também se apresenta como um dos mais difíceis de ser comunicado aos pais, devido a sua dificuldade de aceitação. A dificuldade em diagnosticar reside ainda no fato de que os autistas apresentam características físicas dentro do padrão da “normalidade” e, na maioria das vezes, não apresentam exame clínico comprobatório (KEINERT; ANTONIUK, 2017, p. 9). Apesar dos avanços nas pesquisas referentes ao tema, até esse momento não existe nenhum levantamento estatístico quanto ao número de pessoas com o transtorno. O desconhecimento dessa informação configura-se como uma hipótese para a certa indiferença ainda presente por parte do poder público quanto aos reconhecimentos desses indivíduos.

No Brasil, a Lei específica para portadores do TEA entrou em vigor em 2012 (Lei 12.764/12), a qual estabelece a política de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Portanto, observa-se que o tema é relevante, atual, e que precisa de pesquisas direcionadas em diversas áreas como: saúde, educação e garantias dos direitos.

Diante disso, presente pesquisa pretende analisar a Lei 12.764/12 e verificar se esta assegura os direitos fundamentais sociais, previstos na constituição, proporcionando um esclarecimento quanto aos direitos fundamentais destinado às pessoas com transtorno do espectro autistas e seus familiares, tornando mais fácil o acesso ao conhecimento dos direitos fundamentais sociais positivados na constituição e em lei específica.

Antes, porém, faz-se necessária uma breve descrição de alguns aspectos nosológicos e etiológicos do TEA de modo a auxiliar no entendimento das leis específicas e sua aplicabilidade.

## 1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O transtorno do espectro autista (TEA) conquista, progressivamente, o espaço e a atenção necessária para que seus portadores alcancem maior qualidade de vida e, embora a legislação brasileira o aborde, especificamente, apenas em 2012, este transtorno não se apresenta como um fenômeno novo.

Donvan e Zucker (2017) asseveram que o termo “autismo” foi utilizado pela primeira vez em 1910 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para descrever os padrões de sintomas de alguns dos seus pacientes esquizofrênicos. Os autores afirmam ainda que mais tarde, em 1943, Leo Kanner publicou uma obra chamada *Distúrbio Autístico do Contato Afetivo*, onde retratava casos de onze crianças que tinham em comum algumas características como perturbações das relações afetivas com o meio, isolamento extremo desde o início da vida, um desejo obsessivo pela preservação da mesmice, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e com incidência predominante no sexo masculino. A pesquisa de Kanner se dava no continente americano, porém, em paralelo, na Áustria desenvolvia-se um estudo semelhante.

Em 1944, o austríaco Hans Asperger publicou um estudo com a definição de um novo distúrbio denominado como “psicopatia autística”, que apresentava incidência apenas no sexo masculino. Nessa pesquisa observou-se um grupo de quatro meninos que possuíam um déficit social caracterizado por uma dificuldade de interação social, falhas da comunicação e preferência ao isolamento. Asperger, em seus estudos, destacou uma característica marcante: o fato de que essas crianças utilizavam uma linguagem extremamente formal para se comunicar. Relatou ainda que essas crianças apresentavam profundo interesse e conhecimento em um determinado assunto, falando dele de forma exaustiva e que, apesar dessas crianças apresentarem habilidades intelectuais preservadas, possuíam certo desajeitamento motor (KLIN, 2006).

Ainda de acordo com Klin (2006), a inclusão do autismo como um transtorno mental no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM ocorre em 1980(em sua 3ª versão). A inclusão da Síndrome de Asperger no DSM ocorrerá 14 anos mais tarde, em 1994.

Em termos jurídicos e legais percebe-se nas políticas públicas em relação ao autismo um atraso em relação ao avanço das questões nosológicas e etiológicas. No Brasil, somente em 2012 foi instituída a lei 12.764/2012 – Lei Berenice Piana, que estabelece a política nacional

de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta Lei também aborda as características da síndrome.

Segundo Donvan e Zucker (2017), em 2013 a síndrome de Asperger é excluída do DMS, pois todos os grupos de comportamentos Autístico, inclusive o transtorno de Asperger passam a integrar o título de Transtorno do Espectro Autista.

Esta contextualização aponta que a evolução do conhecimento sobre o transtorno do espectro autista ocorre de forma gradativa, porém, com certa displicência por parte dos profissionais das áreas especializadas e da sociedade. Esse fenômeno é notado a partir da precariedade das políticas de incentivo às pesquisas por parte do Estado.

### 1.1 Definição, Características e Causas

A compreensão das informações advindas das definições do Transtorno do Espectro Autista é necessária, porque fornece uma base de entendimento das causas, dos tratamentos, proporcionando uma visão sistêmica do processo de modo a fomentar o desenvolvimento de conhecimentos que garantam a proteção dos direitos.

Segundo Teixeira (2017), o Transtorno do Espectro Autista é uma síndrome de início precoce caracterizada por alterações marcantes no desenvolvimento da linguagem e da interação social. Também afirma que o termo espectro vem do fato de que os indivíduos diagnosticados apresentam diferentes níveis de manifestações clínicas como, por exemplo, na linguagem e na interação social.

Neste sentido, Antoniuk (2017) esclarece que o TEA não é uma doença. Define como uma síndrome que provoca o comprometimento do domínio em três áreas principais: dificuldade na interação social; alteração na linguagem e comunicação e a existência de comportamentos repetitivos e restritivos (estereotípias).

A Lei 12.764/12, prevista no ordenamento jurídico brasileiro e que tem por objeto a proteção aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, também traz definições acerca do TEA. A Lei aponta o transtorno do espectro autista como uma deficiência persistente e significativa da comunicação (verbal ou não verbal) e da interação social (com ausência de reciprocidade social, falha em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento) e padrões restritivos e repetitivos de comportamentos (como interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos).

Para Volkmar e Wiesner (2019, p. 1), a principal característica que define o autismo é o significativo déficit na interação social. Essa deficiência geralmente é bastante severa e acarreta em problemas gerais que interferem tanto na aprendizagem da criança quanto em sua adaptação.

Entende-se, portanto, que o Transtorno do Espectro Autista não deve ser visto como uma doença com possível cura. Trata-se de uma condição que apresenta grande diversidade na apresentação de suas características, uma vez que as pessoas acometidas por ela apresentam diferentes níveis dessas manifestações dos sintomas e conseqüentemente diversos graus de comprometimento no desenvolvimento e nas relações sociais.

Apesar do TEA ser objeto de muitos estudos, suas causas ainda são desconhecidas. Teixeira (2017) esclarece que os profissionais da área da saúde não sabem exatamente o que causa o autismo, no entanto já é possível elencar vários fatores de risco que, aparentemente, favorecem o desenvolvimento dessas condições comportamentais como, por exemplo, questões genéticas e ambientais. O autor aponta ainda o fato de que os estudos científicos apresentam o fator genético como intimamente ligado ao autismo.

No mesmo sentido, Antoniuk (2017) explica que há um consenso geral de que o TEA tem como causa a genética, que altera o desenvolvimento do cérebro, afetando o desenvolvimento social, a comunicação e causando interesses restritivos e comportamentos repetitivos. Antoniuk e Keinert (2017) afirmam ainda que a distribuição desigual quanto ao sexo - onde a incidência é maior no sexo masculino -; a ampla prevalência em irmãos de pacientes com TEA e a elevada taxa de concordância entre gêmeos são observações que serviram de base para que houvesse a conclusão de que há possível causa genética. Entretanto, pesquisadores não descartam outros fatores como causa do TEA como, por exemplo, os fatores ambientais, danos causados no desenvolvimento do cérebro no período gestacional, como no caso de exposições tóxicas ou infecções pré-natais.

Seguindo o mesmo raciocínio em relação a possíveis causas ambientais, Gaiato (2018) expõe que a idade avançada dos pais, infecções contraídas pela mãe na gravidez, diabetes gestacional, sangramento materno e exposição a toxinas ou a medicamentos são objetos que estão sendo investigados como prováveis razões para o desenvolvimento do TEA. O autor revela ainda que estes fatores aconteceriam, principalmente, no período gestacional, período este em que o organismo está mais vulnerável, funcionando como um “gatilho” para a manifestação do TEA.

Diante do que foi exposto, é possível constatar que o transtorno do espectro autismo ainda é um desafio para a ciência e que, apesar de alguns mitos terem sido desconsiderados

como agentes causadores, as causas ainda são pouco conhecidas. Percebe-se, no entanto, que há um consenso entre os pesquisadores de que a genética representa um fator que possui importante relação com desenvolvimento desta síndrome.

## 1.2 Diagnóstico e tratamento

Os métodos de diagnósticos existentes atualmente permitem diagnosticar mais casos e, dependendo do grau de comprometimento, é possível que a criança seja diagnosticada precocemente. Não obstante, Teixeira (2017) enfatiza que o diagnóstico precoce deveria ser uma regra, pois quanto antes for diagnosticado, maior será a viabilidade de proporcionar oportunidades de tratamento, iniciando as intervenções necessárias mais cedo e, conseqüentemente, alcançando melhores resultados no desenvolvimento da criança comprometida com o TEA. O diagnóstico é realizado com base no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM que padroniza e auxilia a prática clínica tornando o diagnóstico mais seguro e confiável.

Teixeira (2017) explica que o diagnóstico do autismo é clínico, ou seja, é realizado através de uma detalhada avaliação comportamental do indivíduo. Seguindo a mesma linha, Keinert (2017) esclarece que o diagnóstico será feito de acordo com os sintomas, sendo que a qualidade da interação social se mostra como sintoma comum a todos os portadores do TEA. A autora enfatiza também que a classificação do TEA nas categorias de leve, moderado ou grave será realizada com base no grau de manifestação dos sintomas e o quanto eles comprometem a qualidade da interação social desses indivíduos.

O tratamento é amplo e multidisciplinar, o que significa que envolve diversas áreas e os profissionais da área da saúde devem ser indicados de acordo com as necessidades individuais de cada autista que apresentam habilidades e dificuldades singulares (KEINERT, 2017, p. 123). Assim, o plano terapêutico individual – PIT deve considerar– além das dificuldades individuais apresentadas pela criança –, o grau de severidade dos sintomas apresentados, a disponibilidade e o nível de comprometimento da família com o tratamento.

Gaiato (2018, p. 85) enfatiza que depois de definido o plano terapêutico individual, a intervenção deve ser realizada tanto na clínica quanto fora dela. Desse modo, todas as pessoas que convivem com a criança do espectro autista devem ser devidamente orientadas pelo profissional responsável.

Gaiato (2018), Teixeira (2018) e Keinert (2017) são unânimes ao apontar as principais intervenções terapêuticas que são:

- Análise Aplicada do Comportamento – ABA: Trata-se de uma intervenção comportamental com bastante destaque entre os profissionais por se tratar de um procedimento comprovadamente eficiente. Neste tratamento a prioridade é o ensino individualizado e intensivo de todas as habilidades necessárias para o indivíduo. A partir da compreensão do comprometimento e da capacidade da criança são desenvolvidas estratégias e treinamentos específicos para corrigir os comportamentos inadequados e permitir o estímulo de ações praticadas de forma correta. Nesse método trabalha-se com os comportamentos sociais, entre eles, a comunicação eficaz e o uso do contato visual. A eficácia do método está intimamente ligada a aplicação de reforçadores positivos.

- Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação – TEACCH: Sua metodologia é baseada no princípio de que toda criança com autismo pode aprender, mesmo que a forma de aprendizado seja diferente. Este método tem uma abordagem comportamental e faz o uso de apoios visuais, como cartões ou figuras que servem para ensinar simples habilidades diárias ao autista como, por exemplo, o passo a passo de como vestir as próprias roupas. É realizado em ambientes estruturados com orientação visual, respeitando a individualidade e possibilitando a comunicação da criança. Esse tratamento ajuda na concentração e no controle dos impulsos comportamentais e seu objetivo é possibilitar a independência da criança.

- Sistema de Comunicação por Trocas de Figuras – PECS: Utilizado para auxiliar e ensinar pessoas com distúrbio de comunicação, ou pessoas com autismo a se comunicarem de forma funcional. Compreende a comunicação através de trocas de figuras que representam palavras, situações, ações, sentimentos. É a própria pessoa que inicia o processo de comunicação, ou seja, nesse método de intervenção o autista tem autonomia para expressar suas vontades e suas necessidades quando desejar. Muitos indivíduos que utilizarem o método PECS iniciaram uma comunicação verbal simultaneamente ao uso dos cartões de comunicação.

Diante do exposto, entende-se que o TEA é uma síndrome que se manifesta cedo, ou seja, nos primeiros anos de vida da criança, porém, por não apresentar características físicas típicas – como ocorre, por exemplo, na síndrome de Down –, o diagnóstico precoce se torna, inda mais difícil. No entanto, quando esse processo ocorre de forma mais rápida, a ajuda que o indivíduo e sua família terão para garantir seus direitos, previstos na constituição e em lei específica, propiciará um tratamento mais eficaz e, conseqüentemente um melhor desenvolvimento na sua qualidade de vida.

## **2 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

O direito à saúde e à educação consiste em direitos sociais fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal de 1988. O conceito de direitos fundamentais é discutido por diversos autores, dentre esses, pode-se destacar as propostas defendidas pelos autores Sarlet, Marinoni, Mitidiero (2018, p. 327) que asseveram:

Todas as posições jurídicas concernentes às pessoas (naturais ou jurídicas, consideradas na perspectiva individual ou transindividual) que, do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, expressa ou implicitamente, integradas à constituição e retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos, bem como todas as posições jurídicas que, por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparadas, tendo, ou não, assento na constituição formal.

Na mesma linha, Vasconcelos (2017, p. 121) apresenta a questão dos direitos fundamentais da seguinte forma:

Disposições inseridas em determinado ordenamento jurídico que reconhecem e garantem o mínimo existencial do ser humano, rechaçando desta forma os abusos perpetrados pelas autoridades públicas, limitando o poder do Estado. São disposições que resguardam legalmente a dignidade da pessoa humana.

Para Marmelstein (2018, p. 19) a harmonia de cinco elementos fornece o conceito de direitos fundamentais, sendo estes: a norma jurídica, a dignidade da pessoa humana, limitação de poder, Constituição e democracia, ou seja, se alguma norma jurídica tiver vínculo com o princípio da dignidade da pessoa humana ou com a limitação do poder estatal e for validada pela Constituição de um Estado Democrático de Direito como digno de merecer uma proteção especial, provavelmente se está diante de um direito fundamental.

Neste sentido, Bulos (2018, p. 526) esclarece que os direitos fundamentais são inerentes à soberania popular e asseguram um convívio livre, pacífico, digno e com igualdade, sem distinção de cor, raça, religião, condição financeira ou posição social.

Não obstante, Padilha (2018, p. 237) conceitua os direitos fundamentais como normas essenciais para a preservação da dignidade da pessoa humana e explica que tais normas são indispensáveis para a garantia de uma vida digna com liberdade e igualdade.

Portanto, entende-se que os direitos fundamentais como normas, inseridas no ordenamento jurídico através de sua constitucionalização, têm função protetora, uma vez que limita o poder do Estado e são imprescindíveis para o alcance de uma existência digna e igualitária.

É possível observar também que, na conceitualização de tais direitos, os autores evidenciam a dignidade da pessoa humana e isso permite entender que os direitos fundamentais estão relacionados diretamente aos direitos humanos e os direitos do homem.

Desta forma Vasconcelos (2017, p. 121) destaca que os doutrinadores diferenciam os direitos humanos dos direitos fundamentais, sendo aqueles os direitos no campo internacional e estes os direitos positivados no âmbito do direito interno de um país.

Seguindo a mesma linha de raciocínio Barcellos (2018, p. 174) esclarece a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais, na qual o primeiro trata-se dos direitos reconhecidos no plano do direito internacional e o segundo refere-se a um conjunto de direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico interno de um país.

A Constituição Federal brasileira de 1988 traz positivado os direitos fundamentais em seu título II, eles estão transcritos em 17 artigos, sendo esses distribuídos ao longo de 5 capítulos. Dado que se trata de uma pesquisa que envolve os direitos fundamentais é importante mencionar que, por sofrerem evoluções ao longo do progresso da civilização humana, tais direitos estão classificados em três gerações ou dimensões, porém há quem sustente a existência da quarta e da quinta geração. De acordo com Pinho (2015, p. 98), a doutrina aponta a existência de três gerações de direitos fundamentais e explica que é empregado o termo “gerações” porque os direitos fundamentais surgiram em diferentes momentos históricos.

Em relação à terminologia da classificação Sarlet, Marinoni, Mitidiero (2018, p. 316) entendem como mais correto o uso do termo “dimensões”, visto que o uso da expressão “gerações” pode ensejar a falsa impressão da substituição gradativa de uma geração por outra. Os autores afirmam também que há quem defenda a existência de uma quarta e até mesmo de uma quinta e sexta geração de direitos humanos e fundamentais.

Vasconcelos (2017, p. 125) argumenta que o termo “dimensão” atende totalmente à ideia a qual se quer referir, dado que equivale a uma categoria de direitos fundamentais que se relacionam e se complementam, e exatamente por isso que os direitos humanos não podem ser divididos, porque são inseparáveis e convergentes para a pessoa humana, são projeções sobre a mesma ideia, ou seja, produzem seus efeitos respectivamente.

Diante destas elucidações, apesar da divergência quanto à terminologia adotada, é possível entender que cada dimensão desses direitos representa uma conquista da humanidade em um determinado momento histórico no progresso do desenvolvimento da civilização humana.

Conforme Padilha (2018, p. 243), a primeira dimensão dos direitos fundamentais é formada no cenário da revolução francesa, onde buscava-se impor limitação ao Estado e por essa razão, é uma prestação negativa do Estado. Os direitos à vida, à liberdade são exemplos de direitos de primeira dimensão.

Em outro momento histórico surge a necessidade de se fazer proteção à direitos com outras características aos descritos na primeira dimensão. De acordo com Vasconcelos (2017, p. 128) os direitos fundamentais de segunda dimensão surgiram como resposta à Primeira Guerra Mundial, período em que houve acentuação da desigualdade social. Neste evento nasce a necessidade de participação estatal redução dos problemas sociais, buscando-se a igualdade. Assim surgem as prestações positivas do Estado, ou seja, a atuação do Estado através da instituição de políticas sociais, como, por exemplo, a saúde, a educação e a assistência. Desta forma, Marmelstein (2018, p. 49) explica que os direitos fundamentais de segunda dimensão servem como propulsor para possibilitar o desenvolvimento do ser humano, pois fornece condições básicas para o efetivo cumprimento ao direito de liberdade.

Sobre os direitos de terceira dimensão Padilha (2018, p. 243) informa que se trata de direitos criados em razão da necessidade de se proteger direitos coletivos, ou seja, aqueles de toda a sociedade como, por exemplo, o direito ao meio ambiente e à paz.

No mesmo sentido Vasconcelos (2017, p. 128) explica que se trata da proteção da sociedade como um todo, dos direitos coletivos e difusos, como por exemplo, proteção ao meio ambiente, direito do consumidor.

A luta pela dignidade humana não parou e por isso, a evolução dos direitos fundamentais também não, isso ensejou no surgimento da quarta e da quinta dimensão dos direitos em questão. Bonavides (2004, p. 571) explica que a globalização política na esfera da normatividade jurídica desencadeia os direitos fundamentais de quarta geração, o direito à democracia, à informação e ao pluralismo.

Padilha (2018, p. 244) afirma que nesta classificação é possível demonstrar um novo cuidado no direito. A quinta dimensão refere-se às questões provenientes das relações no campo virtual como, por exemplo, os crimes virtuais, os direitos autorais pela internet e tudo aquilo que se entende como direito cibernético.

Os direitos fundamentais são amplos e têm grande relevância para os indivíduos, no entanto a ênfase dada no presente trabalho será em relação aos direitos de segunda dimensão – os direitos sociais.

José Afonso da Silva (2005, p. 286) conceitua os direitos sociais como sendo

Prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

E os classifica da seguinte forma:

Direitos sociais relativos ao trabalhador (a); direitos sociais relativos à seguridade social, abrangendo os direitos à saúde, à previdência social e à assistência social (b); direitos sociais relativos à educação, à cultura e ao esporte (c); direitos sociais relativos à família, à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas portadoras de deficiência (d); direitos sociais relativos ao meio ambiente (e). (SILVA, 2005, p. 287).

Pinho (2015, p. 213), seguindo a mesma linha, explica que os direitos sociais são prestações positivas onde o Estado tem que realizar obrigações sociais, ou seja, tem que implantar políticas sociais em prol dos menos privilegiados sendo eles pessoas ou setores da economia. A importância na positivação dos direitos econômicos, sociais e culturais é reiterada na posição de Marmelstein(2018, p. 195):

Os direitos fundamentais devem ser vistos como direitos interdependentes e indivisíveis. Não basta proteger a liberdade sem que as condições básicas para o exercício desse direito sejam garantidas. Por isso, o constituinte brasileiro foi bastante feliz ao positivar, junto com os demais direitos fundamentais, os chamados direitos econômicos, sociais e culturais, que são inegavelmente instrumentos de proteção e concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, pois visam garantir as condições necessárias à fruição de uma vida digna.

Entende-se, portanto, que os direitos sociais são prestações positivas do Estado, em favor dos menos favorecidos, que visam trazer igualdade entre as pessoas. Possuem conteúdo econômico, social e cultural e têm como objetivo melhorar as condições de vida para todos.

A visão geral sobre tais direitos está evidenciada no art. 6 e os direitos relativos ao trabalhador são expressamente assegurados pela Constituição Federal nos artigos 7º a 11.

Marmelstein (2018, p. 195) esclarece que na Constituição brasileira há um título específico que trata da “Ordem Social” (Título VIII) onde são regulamentados diversos direitos que podem ser considerados como socioeconômicos.

Nos artigos 194 e 195 encontram-se os direitos referentes à seguridade social, os artigos 196 a 200 garantem o direito à saúde, já os artigos 201 e 202 tratam do direito à previdência social. O direito à assistência social é estabelecido nos artigos 203 e 204, o direito à educação está previsto nos artigos 205 a 214, os direitos à cultura e ao esporte estão afiançados nos artigos 215 a 217. O direito relativo à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso estão estabelecidos nos artigos 226 a 230.

## 2.1 A saúde e a educação como direitos sociais

O conhecimento dos direitos à saúde e à educação é importante uma vez que a prestação positiva do Estado, ao portador do transtorno do espectro autista, deverá estar consubstanciada nestes direitos. A escola prestadora do direito à educação, por exemplo, deverá

obedecer às diretrizes estabelecidas pelo Estado para melhorar o seu atendimento aos alunos portadores da condição em questão, assim como, também é dever da família proporcionar os direitos supracitados.

O direito à saúde está previsto no artigo 6º e também no capítulo II, do título Ordem Social, da Constituição Federal que trata da seguridade social. Segundo o dispositivo 196 do texto constitucional a saúde é direito de todos e um dever do Estado conforme observa-se a seguir:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

Dado isto, é possível entender que o direito à saúde é um direito de titularidade universal, pois o dispositivo diz que a saúde é direito de todos. Do mesmo modo, observa-se que o Estado tem o dever de garantir tal direito. Para Sarlet; Marinoni; Mitidiero (2018, p. 648) com a leitura do enunciado do artigo 196 é possível perceber que este dispositivo trata tanto de uma norma definidora de direito (quando que define os titulares) quanto de uma norma imperativa de deveres (quando diz que é um dever do Estado).

Ainda sobre este dispositivo, é importante esclarecer que a garantia da saúde se dará mediante políticas sociais e econômicas que tenham como objetivo à redução de doenças e de outros agravos. O dispositivo determina ainda que o acesso aos serviços e ações que promovam, protegem e reparam a saúde deverão ser de forma universal e igualitária.

Em que pese o artigo 196 determinar que a saúde é um dever do Estado, o artigo 199 esclarece que é livre à iniciativa privada dar assistência à saúde. Neste sentido, Sarlet, Marinoni, Mitidiero (2018, p. 648) esclarecem que essa possibilidade de participação ocorre em nível complementar.

A Constituição Federal expressa em seu artigo 6º o direito à educação como um direito social e confere parte do título Ordem Social, especificamente no terceiro capítulo, para evidenciar a responsabilidade do Estado e da Família; tratar do acesso e da qualidade, da organização do sistema educacional; e vincular o financiamento e distribuir encargos para os entes da federação.

Heiga Maria Engel (2003) esclarece que a educação é um direito comum a todos. Nas palavras da autora:

A educação como um processo de reconstrução da experiência é um atributo da pessoa humana, e, por isso, tem que ser comum a todos. E essa é a concepção que a Constituição

agasalha nos arts. 205 a 214, quando declara que ela é um direito de todos e um dever do Estado. (p. 48).

O artigo 205, ao afirmar que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, legitima tanto um direito de titularidade universal (todos) quanto um dever-fazer do Estado e da família, como afirma José Afonso da Silva (2005, p. 312.):

O art. 205 contém uma declaração fundamental que, combinada com o art. 6º, eleva a educação ao nível de direitos fundamentais do homem. Aí se afirma que a educação é direito todos, com o que esse direito é informado pelo princípio da universalidade. Realça - lhe o valor jurídico, por um lado, a clausula – a educação é dever do Estado e da família –, constante do mesmo artigo, que completa a situação jurídica subjetiva, ao explicar o titular do dever, da obrigação, contraposto àquele direito. Vale dizer: todos têm o direito à educação e o Estado tem o dever de prestá-la, assim como a família.

O mesmo dispositivo constitucional evidencia três objetivos básicos: o pleno desenvolvimento; o preparo para a cidadania; e a qualificação da pessoa para o trabalho. Tais objetivos integram valores sociais, antropológicos, culturais, políticos e profissionais.

A Constituição inseriu no seu texto, especialmente em seu dispositivo 206, princípios basilares da educação, ou seja, aqueles que sustentam como o ensino deverá ser proporcionado. Com isto, entende-se que o direito à educação é imprescindível para a formação dos cidadãos e para o alcance da dignidade da pessoa humana que é fundamento primordial da Constituição brasileira. Contudo, deve ser ministrado com a observância de seus princípios norteadores, não bastando ser meramente oferecido pelo Estado.

### **3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Em 2012, foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro a Lei 12.764 que tem por objeto a instituição da política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, tal como o estabelecimento de diretrizes para sua consecução.

A criação de uma lei específica para essas pessoas é importante, porque serve como instrumento para possibilitar o alcance a várias espécies de direitos de grande relevância como, por exemplo, o direito ao diagnóstico precoce e ao tratamento (sendo ele com terapias multiprofissionais e/ou medicações).

#### **3.1 Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência**

A Lei 12.764/2012 – que trata do autismo especificamente – afirma expressamente que as pessoas com transtorno do espectro autista são consideradas pessoas com deficiência, para todos os efeitos legais conforme segue abaixo:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

[...]

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2013).

No sistema jurídico brasileiro existe uma série de normas protetivas às pessoas com deficiência e tais direitos estão protegidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 de 2015.

Em seu primeiro dispositivo, o estatuto supracitado esclarece que seu objetivo é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

No caput do artigo 2º o estatuto enfatiza que a pessoa com deficiência é aquela que apresenta algum impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, na qual, em interação com uma ou mais barreiras, poderá interferir obstruindo o alcance de uma participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as outras pessoas.

Não obstante, observa-se que o direito à isonomia e o direito à não sofrer nenhum tipo de discriminação está positivado no 4º conforme observa-se:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa. (BRASIL, 2015).

De acordo com o texto da Lei, a discriminação não decorre exclusivamente de uma ação que tem por objetivo distinguir, restringir ou excluir algum direito, mas também comete discriminação àquele que se omite quanto ao reconhecimento ou ao exercício dos direitos inerentes à pessoa com deficiência, resultando em algum tipo de prejuízo a esta.

É importar ressaltar o fato de que apresentar algum tipo de deficiência não interfere, necessariamente, na capacidade civil do indivíduo, conforme descrito no artigo 6º:

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;  
IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;  
V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e  
VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

O Estatuto, em seu artigo 8º ressalta que é dever não apenas do Estado, mas também da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência os direitos fundamentais:

Art. 8º. É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015).

Observa-se que o Estatuto protege, expressamente, tanto os direitos fundamentais de primeira dimensão como, por exemplo, o direito à vida; à dignidade; à liberdade, quanto vários direitos fundamentais de segunda dimensão. Nesse sentido, considera-se importante destacar o direito à saúde e à educação.

Além dos direitos explicitamente positivados no dispositivo, ressalta-se que também são garantidos a essas pessoas outros direitos que decorrerem da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ou de leis e outras normas que assegurem sua qualidade de vida. Diante disso, entende-se que é essencial a lei 12.764 em seu artigo 1º § 2º considerar o portador do transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência, pois assim como elas, os autistas apresentam condições e limitações que interferem significativamente em seu convívio, na sua participação e desenvolvimento como cidadão na sociedade.

### 3.2 Lei 12.764/2012 – Lei Berenice Piana

Do ponto de vista normativo, esta lei positivou, especificamente, para os portadores do transtorno do espectro autista, a proteção a uma série de direitos de grande relevância. Sendo assim, entende-se necessário analisar cada dispositivo para verificar quais são os direitos que estão expressamente garantidos.

O artigo primeiro esclarece que a Lei implementa a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e determina as diretrizes para seu

cumprimento. E em seu parágrafo primeiro, a norma apresenta as características da síndrome para que o indivíduo possa ser considerado portador de tal condição:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012).

Para considerar a pessoa como autista, a lei não se restringe necessariamente à apresentação de uma deficiência significativa, pois o texto do § 1º evidencia que as características dessa síndrome clínica estão descritas ou no primeiro ou no segundo inciso. Tal ponto é importante pois permite entender que o fato de não se enquadrar nos dois incisos concomitantemente, não exclui a consideração desse indivíduo como portador do transtorno.

Diante do texto apresentado no Art. 1º, § 1º, I, é possível entender que para ser considerado autista, a pessoa tem que apresentar uma deficiência persistente e, essa deficiência tem que interferir significativamente em dois aspectos: na comunicação – mesmo nos casos em que indivíduo consiga falar –; e no convívio com as outras pessoas. Neste segundo aspecto a dificuldade do indivíduo autista seria caracterizada pela falta de reciprocidade social e de capacidade para desenvolver e manter as relações sociais de forma adequada ao seu nível de desenvolvimento.

Através da redação do segundo inciso do mesmo dispositivo, nota-se que também será considerada portadora do autismo a pessoa que apresenta padrões repetitivos e restritivos, no comportamento, nos interesses e na realização de atividades, que se manifestam através de comportamentos motores ou verbais estereotipados ou de práticas sensoriais incomuns, com excessiva necessidade de se fazer cumprir as rotinas, além da presença de hábitos ritualizados.

Observa-se no entanto que faz-se necessário o cuidado por parte do legislador em não dificultar o enquadramento desses indivíduos, uma vez que não se exige do mesmo a caracterização de ambos os incisos.

O artigo 2º especifica quais são as diretrizes da política de proteção aos direitos dos portadores do TEA:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado. (BRASIL, 2012).

Os direitos à pessoa que se caracteriza dentro do espectro autista são positivados de forma expressa no terceiro dispositivo da norma:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

Nos incisos do artigo 3º, percebe-se a efetivação de uma série de direitos fundamentais que estão previstos na Constituição Federal. Observa-se que há direitos fundamentais, tanto de primeira dimensão, quanto de segunda dimensão.

No primeiro inciso estão assegurados os direitos de primeira dimensão: o direito à vida – que deve ser digna e com integridade física e moral preservadas – e o livre desenvolvimento da personalidade, e direitos de segunda dimensão como o direito à segurança e ao lazer.

O inciso segundo protege a pessoa com TEA contra qualquer maneira de abuso ou exploração. Entende-se que este direito está diretamente ligado aos direitos previstos no inciso anterior, visto que a pessoa que sofre algum tipo de abuso ou exploração conseqüentemente não dispõe de uma vida digna, ou tem sua integridade física ou moral violada.

O terceiro inciso assegura o direito à saúde, direito este de segunda dimensão previsto no artigo 6º da CF/1988. Destaca-se o direito ao diagnóstico precoce, ainda que não definitivo. O subcapítulo que trata do diagnóstico e tratamento, aponta que quanto antes, obtém-se o diagnóstico, mais cedo iniciar-se-á a intervenção com tratamentos (terapias multiprofissionais e quando necessários medicamentos) e, conseqüentemente, a criança terá um melhor desenvolvimento.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão também estão assegurados no inciso quarto do mesmo dispositivo. Observa-se que estão positivados o direito à moradia – com proteção à residência – o direito ao trabalho, à previdência e à assistência social.

O direito ao acesso à educação, inclusive ao ensino profissionalizante, também está expresso no inciso quarto. Ressalta-se que, por apresentarem dificuldades inerentes à síndrome que possuem, os portadores do TEA – que frequentam as classes comuns do ensino regular – terão direito a um acompanhante especializado, porém, deve haver comprovação dessa necessidade. No entanto, vala ressaltar que a lei não menciona como deverá ser feita a comprovação dessa demanda.

O artigo 4º garante que indivíduo com transtorno do espectro autista não será submetido a nenhum tratamento hediondo ou humilhante:

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei no 10.216, de 6 de abril de 2001. (BRASIL, 2012).

Entende-se que este dispositivo está intimamente ligado ao direito à vida digna, pois, além de assegurar um tratamento, no artigo 3º, III, este não pode ser desumano ou degradante. Outro ponto que demonstra tal ligação é a garantia ao convívio familiar, ao direito de liberdade e ao direito de não ser discriminado pelo fato de apresentar uma condição diferenciada.

No mesmo sentido, o artigo 5º esclarece que nenhum portador do transtorno do espectro autista será impedido de participar de planos privados de saúde, por ser considerado pessoa com deficiência.

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. (BRASIL, 2012).

Entende-se que este dispositivo também está relacionado com o direito de não sofrer discriminação pela situação de apresentar uma condição diferenciada, equiparada a uma deficiência e com o direito à saúde.

Voltando a tratar do direito à educação, o artigo 7º penaliza o gestor escolar ou a autoridade competente que recusar a realização da matrícula do aluno com transtorno do espectro autista, ou do aluno que apresente qualquer tipo de deficiência:

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo. (BRASIL, 2012).

Diante do exposto, entende-se que a lei recolhe esses indivíduos da condição de ignorados pela sociedade, os tornando legítimos e facilitando suas demandas. Esta norma garante direitos importantes para essas pessoas, como o direito à educação e à saúde. Com isso, a lei viabiliza maior igualdade, fornecendo mais condições para que se alcance um melhor desenvolvimento desses cidadãos.

## **CONCLUSÃO**

O transtorno do espectro autista (TEA) é uma síndrome comportamental que tem como principal característica um importante déficit na interação social. O indivíduo manifesta comportamentos repetitivos e estereotipados e apresenta comprometimento no desenvolvimento da linguagem afetando sua comunicação e conseqüentemente sua relação com outras pessoas. Como o próprio nome diz, trata-se de um espectro, dado que há uma vasta diversidade na apresentação de suas características e seus portadores apresentam diferentes níveis de manifestações dos sintomas.

Por apresentar fortes indícios de uma etiologia genética, essa condição atinge pessoas de qualquer etnia ou a classe social e não deve ser entendida como uma doença, uma vez que não há possibilidades de se obter cura. Porém, com o diagnóstico precoce e a variedade de métodos de intervenção no tratamento multidisciplinar, é possível alcançar os resultados que proporcionam aos portadores uma vida com mais qualidade.

A atenção dos profissionais a tal condição, iniciou-se em 1943 e apesar de se notar que há uma evolução do conhecimento dos pesquisadores, principalmente nas áreas da medicina e da psicologia, entende-se, através do levantamento das informações realizadas nas pesquisas, que há notável desconhecimento por parte da sociedade e um certo descaso por parte do Poder Público, principalmente quanto à divulgação das informações e ao incentivo à pesquisas.

Os autistas, assim como qualquer pessoa, são titulares dos direitos fundamentais constitucionais. Entende-se como direitos fundamentais àqueles que são inseridos por meio do texto constitucional no ordenamento jurídico. Por apresentarem uma função protetora, tais direitos apresentam-se como uma limitação ao poder do Estado e estão intimamente ligados a dignidade da pessoa humana. Na Constituição Federal de 1988 esses direitos estão distribuídos ao longo do seu texto.

De acordo com as conceituações da doutrina contemporânea, entende-se que os direitos sociais são prestações positivas do Estado, em prol dos menos favorecidos, e possuem objetivo de proporcionar a justiça social e o bem-estar, ou seja, a igualdade e melhoria das condições de vida das pessoas.

Dentre os direitos sociais, destaca-se o direito à saúde e à educação. Ambos são de titularidade universal, ou seja, garantido a todos. Porém, enquanto a saúde é um dever do Estado, a educação é um dever do Estado e da família também. Entende-se que tais direitos são imprescindíveis para que se efetive o fundamento primordial da Constituição Federal de 1989 que é a dignidade da pessoa humana.

No ordenamento jurídico brasileiro foi inserida, em 2012, a Lei 12.764/2012 que institui a política nacional de proteção aos direitos das pessoas com transtorno do espectro e estabelece diretrizes para sua consecução.

A Lei 12.764/2012 afirma que a pessoa com autismo é considerada como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Os direitos protetivos às pessoas com deficiência estão previstos na Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa Com Deficiência. O Estatuto objetiva assegurar e promover a igualdade e o exercício dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência. Conforme artigo 8º da Lei 13.146/2015 é possível entender que há a garantia tanto dos direitos fundamentais de primeira dimensão como o direito à vida; à dignidade; quanto dos direitos fundamentais de segunda dimensão como o direito à saúde e à educação.

As pessoas com deficiência estão protegidas quanto a discriminação que pode ser decorrente de ação ou omissão e aos tratamentos desumanos. O Estatuto também determina a todos o dever de proteger a pessoa com deficiência contra qualquer ameaça ou violação de seus direitos. Diante disso, constata-se a importância da Lei 12.764/2012 em seu artigo 1º § 2º que

considera o autista como pessoa com deficiência. Desse modo, assim como as demais pessoas com deficiências, os autistas apresentam condições e limitações que prejudica muito o seu convívio, a sua participação e seu desenvolvimento como cidadão na sociedade.

Da análise feita do texto da Lei 12.764/2012 entende-se que, para ser considerado autista, a pessoa tem que apresentar uma deficiência persistente que interfere na comunicação e no convívio social ou apresentar padrões repetitivos e restritivos, no comportamento, nos interesses e na realização de atividades.

Trata-se de uma Lei muito sucinta e a maior parte dos direitos que ela garante ao autista está positivado no artigo 3º. Conclui-se que a Lei assegura direitos de diferentes classificações, quando resguarda o direito à vida, a liberdade e à integridade física ou moral, por exemplo. Há ainda a proteção de direitos individuais de primeira e segunda dimensão como o acesso à saúde e à educação. Constata-se ainda que o fundamento da dignidade da pessoa humana é a base de todos esses dispositivos da Lei.

Com a promulgação da Lei 12.764/2012 os indivíduos saem de uma condição de marginalização da sociedade e passam a ter reforço jurídico para legitimar suas demandas. Porém, acredita-se que a Lei deveria abordar de forma mais aprofundada, principalmente, no que diz respeito à discriminação e a promoção de condições mais igualitárias. Da mesma forma, um maior incentivo às pesquisas ao tema e a sua devida divulgação à sociedade irá contribuir para o aumento da visibilidade e do cuidado com a causa.

## REFERÊNCIAS

ANTONIUK, Sérgio Antonio. Transtornos do espectro autista: classificação, epidemiologia, neurobiologia e etiologia. In: KEINERT, Maria Helena Jansen de Melo; ANTONIUK, Sérgio Antônio. **Espectro autista: o que é? o que fazer?** 2. ed. Curitiba: Íthala, 2017.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 30. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2004.

BRASIL. Senado Federal. **Art. 206**. Constituição Federal (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 91 de 18/02/2016). Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_18.02.2016/art\\_206\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp). Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (3ª câmara de direito privado). Recurso de Apelação 11382442420168260100. Leis: Constituição Federal de 1988. PLANO DE SAÚDE. AUTISMO. TRATAMENTO ABA. COBERTURA. Apelante (recorrente): Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas. Apelados (recorridos): Leon Emanuel Duda Martins (menor) e Márcia Rosana Duda Martins. Relator: Carlos Alberto de Salles, Data de Julgamento: 13/04/2018, Data de Publicação: 13/04/2018. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do>. Acesso em: 10 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado Do Rio Grande do Sul (8ª câmara cível). Agravo de Instrumento 70077270478. Leis: Constituição Federal de 1988, Lei 8.069/90, Lei n.º 9.394/96. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ECA. DIREITO À EDUCAÇÃO. INFANTE PORTADOR DE AUTISMO, COM DIAGNÓSTICO FECHADO. DISPONIBILIZAÇÃO DE MONITOR. CABIMENTO. Agravante (recorrente): Eduardo C. S (menor), Márcio e Simone C.S Agravado (recorridos): Estado do RS Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Data de Julgamento: 28/06/2018, Data de Publicação: 02/07/2018). Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>. Acesso em: 09 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado Do Rio Grande do Sul (5ª câmara cível). Agravo de Instrumento 70080004500. Leis: Lei 9.656/98, Sum n. 469 STJ.AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUTISMO. NECESSIDADE DE TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS CONFIGURADOS. Agravante (recorrente): Rebeca Souza Macedo. Agravado(recorridos): Unimed Porto Alegre – Soc Coop Trabalho Medico LTDA. Relator: Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Data de Julgamento: 27/03/2019, Data de Publicação 02/04/2019). Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>>. Acesso em: 09 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (2ª câmara cível). Remessa Necessária 10390170034743001. Leis: Lei 9.394/96. REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA - PROFESSOR DE APOIO - ART. 59, III, DA LEI 9.394/96 - ALTERAÇÕES DO ESPECTRO - AUTISMO INFANTIL - ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO - NECESSIDADE – SENTENÇA CONFIRMADA. REQUISITOS CONFIGURADOS. Recorrente: T.A.C (menor) e A.M.C. Recorridos: Superintendente Regional de Educação do Estado de Minas Gerais. Relator: Relator: Laison Braga Baeta Neve (JD Convocado), Data de Julgamento: 29/01/2019, Data de Publicação: 08/02/2019. Disponível em:

<[https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc\\_resultado2.jsp?tipoPesquisa2=1&txtProcesso=10390170034743001&nomePessoa=&tipoPessoa=X&naturezaProcesso=0&situacaoParte=X&codigoOAB2=&tipoOAB=N&ufOAB=MG&numero=20&select=1&listaProcessos=10390170034743001&tipoConsulta=1&natureza=0&ativoBaixado=X&comrCodigo=0024](https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado2.jsp?tipoPesquisa2=1&txtProcesso=10390170034743001&nomePessoa=&tipoPessoa=X&naturezaProcesso=0&situacaoParte=X&codigoOAB2=&tipoOAB=N&ufOAB=MG&numero=20&select=1&listaProcessos=10390170034743001&tipoConsulta=1&natureza=0&ativoBaixado=X&comrCodigo=0024)> Acesso em: 10 maio 2019.

BULOS, UadiLammêgo. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

ENGEL, Heiga Maria. **Análise ao direito à educação à luz da constituição da República Federativa do Brasil de 1988: o ensino fundamental na escola pública**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Pró-reitoria de Pesquisa. Pós-graduação. Extensão e Cultura. Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica. Programa de Mestrado Acadêmico em Ciência Jurídica. Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Itajaí, SC, 2003.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **IndividualswithDisabilitiesEducationAct**.

Disponível em:

<http://uscode.house.gov/view.xhtml?path=/prelim@title20/chapter33&edition=prelim>>

Acesso em: 23 abr. 2019.

GAIATO, Mayra. **S.O.S autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. São Paulo: nVersos, 2018.

KEINERT, Maria Helena Jansen de Melo; ANTONIUK, Sérgio Antônio. **Espectro autista: o que é? o que fazer?** 2. ed. Curitiba: Íthala, 2017.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 28, supl. 1, p. s3-s11, maio de 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 maio 2019.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OMS-Organização mundial da saúde. **OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo**. Onu News, 2 abr. 2017. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2017/04/1581881-oms-afirma-que-autismo-afeta-uma-em-cada-160-criancas-no-mundo>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 5. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: Método, 2018.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da Constituição e Direitos fundamentais**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 18. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

VASCONCELOS, Clever. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo**: guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019.